

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	13
5.4 - Alterações significativas	14

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	28
10.2 - Resultado operacional e financeiro	38
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	41
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	42
10.5 - Políticas contábeis críticas	44
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	51
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	52
10.8 - Plano de Negócios	53
10.9 - Outros fatores com influência relevante	54

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

I. O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem vir a causar efeito adverso para Companhia.

O Governo Federal frequentemente intervém na economia brasileira e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam em aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, controles no consumo de energia elétrica, entre outras. As atividades da Companhia, sua situação financeira e seus resultados operacionais podem ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- política monetária, cambial e taxas de juros;
- políticas governamentais aplicáveis às nossas atividades e ao nosso setor;
- greve de portos, alfândegas e receita federal;
- inflação;
- instabilidade social;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal;
- redução do custo de energia e outros insumos;
- racionamento de energia elétrica; e
- outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza acerca das políticas futuras do Governo Federal pode contribuir para uma maior volatilidade no mercado de títulos e valores mobiliários brasileiro e dos títulos e valores mobiliários emitidos no exterior por empresas brasileiras. Adicionalmente, eventuais crises políticas podem afetar a confiança dos investidores e do público consumidor em geral, resultando na desaceleração da economia e causando um efeito adverso para Companhia.

Relacionamos, a seguir, os principais riscos de mercado em que entendemos como pertinentes à Companhia:

a) Risco de Variação Cambial

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. O Grupo, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

b) Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, possui derivativo e utiliza *swap* de taxa pré-fixada para CDI. Ainda assim, o Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade das Companhias não honrarem com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

d) Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade das Companhias do Grupo virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pelas Companhias do Grupo que são de distribuição, geração e transmissão, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

e) Risco de vencimento antecipado

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O Grupo possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida, conforme previsto no item 10.1.f.iv, deste Formulário.

II. A inflação e certas medidas do Governo Federal para combatê-la podem ter efeitos adversos sobre a economia brasileira, o mercado de capitais brasileiro e a Companhia

O Governo tem como opções de combate à inflação a política fiscal ou a política monetária. A política fiscal implica em uma redução de gastos de governo, ou ampliação de impostos com vistas a controlar um possível excesso de demanda, esta política, caso adotada pelo governo pode afetar o poder aquisitivo da população e desestimular o crescimento, isto pode se refletir no consumo de energia, dado que a energia é um insumo necessário em todas as cadeias produtivas.

Já a política monetária controla a liquidez global da economia por meio das taxas de juros e da quantidade de moeda em circulação. Desde 21 de junho de 1999, a partir da publicação do Decreto 3.088, o Brasil adota o sistema de metas de inflação, através do qual é definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), mediante proposta do Ministro da Fazenda, uma meta com intervalos de tolerância e um índice de acompanhamento da inflação.

O IGP-M é o índice de inflação que tem o maior impacto no setor de energia elétrica. Este índice é importante para o Grupo, pois reajusta os contratos de energia. Portanto, a variação do IGP-M afeta a companhia e é constantemente monitorado pela mesma.

Outra forma de combate à inflação via política monetária utiliza a taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) para controle da demanda. Nos últimos 11 anos, a taxa de juros básica oscilou entre 25%, chegando ao patamar de 10,0%, em dezembro de 2013. As empresas do setor de energia elétrica, assim como grande parte da indústria nacional, dependem do controle exercido pelo Governo Federal sobre as taxas de juros. Nesse sentido, um repentino aumento nas taxas básicas de juros poderá levar a um desaquecimento do mercado energético e à redução dos gastos do consumidor, o que pode causar um efeito adverso para a Companhia.

Adicionalmente, as dívidas da Companhia estão sujeitas à variação das taxas de juros no mercado e, portanto, na hipótese de elevação das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia também aumentarão, afetando negativamente a sua capacidade de pagamento.

III. Estrutura Tributária e de Encargos Setoriais

O Governo Federal regularmente implementa alterações no regime fiscal, que afetam os participantes do mercado de energia, a Companhia, as distribuidoras e os Consumidores Livres. Estas alterações incluem mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos temporários, cuja arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

medidas poderão resultar em aumento da carga suportada pela Companhia, o que poderá, por sua vez, influenciar sua lucratividade, e afetar adversamente os preços de sua energia vendida e seu resultado financeiro. Não há garantias de que a Companhia será capaz de manter seus preços, o fluxo de caixa projetado ou a sua lucratividade se ocorrerem alterações significativas nos tributos aplicáveis as suas operações e ao mercado de energia elétrica.

IV. Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países de economia emergente e nos Estados Unidos podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado dos valores mobiliários da Companhia

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países da América Latina, outros países de economia emergente e os Estados Unidos. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive nos valores mobiliários da Companhia.

No passado, o surgimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. Em 2008, a crise financeira mundial resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que, direta ou indiretamente, afetaram, e afetam, de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária. Em 2013, a crise da Zona do Euro, o alto nível de endividamento de países como Grécia, Portugal e Espanha, a desaceleração destas economias e as crescentes taxas de desemprego impactam os mercados de forma geral.

Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar o preço de mercado dos nossos valores mobiliários, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

V. A volatilidade do Real em relação ao Dólar pode ter um efeito adverso para a economia brasileira e, conseqüentemente, para a Companhia.

A moeda brasileira tem historicamente sofrido frequentes desvalorizações e valorizações. No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e fez uso de diferentes políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e dois mercados de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2013, a taxa de câmbio de venda entre o Real e o Dólar era de R\$2,3426 por US\$1,00. Não é possível assegurar que a taxa de câmbio permanecerá nos níveis atuais.

As desvalorizações do Real frente ao Dólar podem criar pressões inflacionárias no Brasil, por meio do aumento, de modo geral, dos preços dos produtos importados, afetando a economia de modo geral, sendo necessária, assim, a adoção de políticas recessivas por parte do Governo Federal. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar pode levar à deterioração das contas correntes do País e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. Os potenciais impactos da flutuação da taxa de câmbio e das medidas que o Governo Federal pode vir a adotar para estabilizar a taxa de câmbio são incertos. A volatilidade do Real em relação ao Dólar pode ter um efeito adverso para toda a economia brasileira e, conseqüentemente, para a Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:

a. riscos para os quais se busca proteção

O Grupo Neoenergia possui uma Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração em 10/03/2005 e revista anualmente, cujo objetivo principal é o monitoramento e mitigação dos riscos financeiros para todas as empresas do Grupo.

A Política Financeira estabelece a busca por:

- Financiamento dos Planos de Investimento com bancos de fomento e organismos multilaterais
- Alongamento de prazo
- Desconcentração de vencimentos
- Diversificação de instrumentos
- *Hedge* de 100% da dívida em moeda estrangeira
- Política de Endividamento: Estar no 1º quartil em *rating* das empresas do setor elétrico e **manter no consolidado os múltiplos** de endividamento dentro dos seguintes limites:

	Dívida Total/ EBITDA	Dívida CP/ Dívida Total	EBITDA/ Desp. Financeiras
Limite	< 3,0	< 20%	> 3,0

Eventuais descumprimentos dos limites acima são tolerados desde que a Companhia tome providências para restabelecê-los.

s de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de financiamentos com cláusulas restritivas que, podem implicar em vencimento antecipado da dívida.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Conforme definido na política financeira da Companhia, a estratégia de proteção patrimonial adotada é praticar hedge em 100% de sua dívida em moeda estrangeira. A política do Grupo Neoenergia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

O Grupo Neoenergia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI, swap Euro para CDI, IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI e swap de IPCA para CDI.

A Companhia não possui operações de “hedge”, porém, quando necessário, serão contratadas para a totalidade do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

O Grupo Neoenergia realiza comitês financeiros mensais nos quais são analisadas as características dos ativos e passivos tais como posição por moeda e indexador, nível de cobertura de *hedge*, *duration* ou prazo médio, cronograma de amortizações, risco de crédito por contraparte, entre outras. Adicionalmente, são efetuadas projeções periódicas de fluxo de caixa que visam a uma maior previsibilidade dos pagamentos e recebimentos futuros e ao monitoramento do risco de liquidez das Empresas do Grupo Neoenergia.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos do Grupo é composta pelos Comitês de Auditoria, Financeiro e de Remuneração, conforme mencionado no item 12.1.a, pelas estruturas de auditoria interna e de controles internos da *holding* e empresas controladas.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Para garantir o monitoramento sistemático do cumprimento das políticas e estratégias estabelecidas para o Grupo Neoenergia, foram definidos procedimentos de acompanhamento e mitigação de possíveis exposições a riscos, alinhados à existência de uma estrutura organizacional que suporta o gerenciamento destes riscos.

O Grupo Neoenergia baseou-se na metodologia estabelecida pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), para definição de um modelo de gestão de riscos que possibilitasse a melhoria contínua dos seus processos, o aprimoramento dos instrumentos normativos e sistemas informatizados, fortalecimento do ambiente geral de controles internos e transparência na condução do negócio, atendendo aos pilares da Governança Corporativa.

Dentre as principais iniciativas adotadas pelo Grupo Neoenergia, considerando o seu modelo de gestão integrada de riscos, estão:

1. Ambiente Interno: A política de Governança Corporativa adotada pelo Grupo Neoenergia tem como pilares: a ética, a transparência e a equidade. Baseia-se nas diretrizes do Acordo de Acionistas da Companhia, firmado desde 2005, que estabeleceu a constituição de comitês responsáveis por áreas estratégicas, que atuam como fóruns de discussão para subsidiar as decisões do Conselho de Administração.

A estrutura de governança tem como principal característica o modelo de gestão matricial, com a presença de Diretores Executivos nas diretorias das empresas controladas e Diretor Presidente da Neoenergia nos Conselhos de Administração das empresas controladas. A estruturação desse modelo permitiu o alinhamento das estratégias, a unificação dos processos e a obtenção de ganhos de escala.

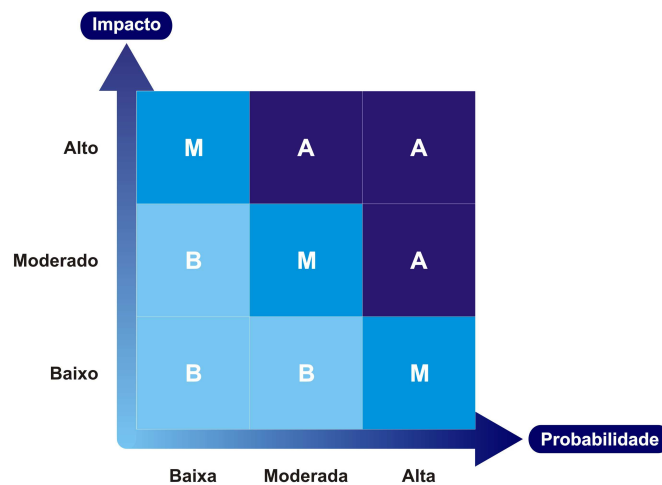
Neste modelo, o Conselho de Administração define as estratégias que serão implementadas pela holding e terão nas suas controladas a representatividade regional e a operacionalização destas estratégias. As competências da estrutura de gestão estão detalhadas no item 12.2 e seu organograma no item 12.12.

2. Definição de Objetivos: O ciclo de planejamento inicia-se pela definição do planejamento estratégico por parte dos sócios, que são representados pelo Conselho de Administração. Em seguida, eles repassam para Diretoria as primeiras orientações, como a visão, missão e valores das Companhias. A Diretoria determina as macroestratégias que são repassadas para as empresas e são representadas pelo Diretor Presidente das controladas e seus Superintendentes. E, finalmente, estas orientações são desdobradas aos níveis departamentais e demais equipes até que os seus resultados possam ser observados pelo cliente. Os objetivos são pautados nas dimensões do Balanced Scorecard.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

3. Identificação dos Eventos/Riscos: Durante o ciclo de planejamento, são elaboradas análises de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, baseadas na metodologia estabelecida pela matriz SWOT, e estas são utilizadas como referência para definição dos objetivos do Grupo Neoenergia. Adicionalmente, outros riscos são identificados nos trabalhos de controles internos e de auditoria interna.

4. Análise e Avaliação de Riscos: São realizadas avaliações de probabilidade e impacto conforme matriz de riscos a seguir:



5. Iniciativa Resposta ao Risco / Tratamento dos Riscos: Para as fraquezas e ameaças identificadas durante o ciclo de planejamento são estabelecidas estratégias, como forma de resposta aos riscos identificados, e indicadores chave para monitorar o cumprimento destas estratégias. Para os riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, a área de controles internos avalia os controles estabelecidos pelas diversas áreas e valida se as respostas aos riscos estão alinhadas com o nível de tolerância estabelecido pela Alta Administração.

6. Controle: São estabelecidas políticas, normas e procedimentos operacionais que definem as regras de controle vigentes para o Grupo Neoenergia. O cumprimento destes normativos é monitorado pela auditoria interna, controles internos e segurança da informação. Adicionalmente, a área de controles internos também é responsável pelo controle dos riscos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras, em linha com a Lei Sarbanes-Oxley.

7. Informações e Comunicações: Todos os processos críticos do Grupo Neoenergia são acompanhados através de sistemas informatizados que garantem o fluxo da informação.

Sistemas de Informação/Gestão:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- SAP R3 – Sistema Administrativo Financeiro
- SAP CCS – Sistema Comercial
- GSE – Sistema de mapeamento de Rede
- TEDESCO – Sistema Jurídico
- GESPLAN – Sistema de Controle da Dívida
- GPO – Sistema de Gestão de Objetivos
- SGN – Sistema de Gestão de Normativos
- SINCE – Sistema Comercial da NC

Canais de Comunicação:

- RED – Relatório Executivo Diário
- Revista Nossa Energia
- Instrumentos Normativos
- Neoenergia Informa
- Carta do Presidente
- Corrente Elétrica
- Circuito Interno

8. Acompanhamento e Avaliação / Monitoramento: O monitoramento dos riscos das empresas do Grupo Neoenergia é realizado pelas áreas de auditoria interna, controles internos e segurança da informação.

A auditoria interna é responsável por:

- Avaliar a integridade e a confiabilidade das informações e registros de natureza administrativa, financeira, contábil e operacional geradas pelos sistemas informatizados ou manuais, e a integridade dos ativos físicos das empresas;
- Verificar o cumprimento das políticas, normas, procedimentos, leis e regulamentos aplicáveis às empresas do Grupo, tendo como fundamento a observância aos princípios éticos;
- Validar a implantação das recomendações derivadas dos trabalhos de auditoria interna e externa, mantendo o Comitê de Auditoria da Neoenergia e os Conselhos Fiscais informados;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Avaliar o atendimento pelas empresas do Grupo, às recomendações de melhorias nos procedimentos de controle interno emitidos pela da auditoria externa, mantendo o Comitê de Auditoria da Neoenergia informado;
- Avaliar as Práticas de Boa Governança Corporativa adotadas pelas empresas do Grupo; e
- Avaliar o cumprimento do Código de Ética nas empresas do Grupo.

A área de controles internos é responsável por:

- Mapear os principais processos de negócio que proporcionam impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras;
- Controlar e acompanhar os planos de ação para atendimento às recomendações das auditorias (interna e externa) e gaps identificados nos trabalhos de SOX;
- Efetuar a gestão do processo de controle de acesso ao sistema SAP R/3, incluindo:
 - Revisão de matriz de riscos e controles compensatórios;
 - Análise de risco das solicitações de novos acessos e acessos a novas transações, utilizando a ferramenta SAP GRC (*Governance, Risk and Compliance*), composta dos módulos Compliance Calibrator, que realiza a simulação prévia dos riscos; o Access Enforcer, que efetua a associação de perfil ao usuário, através de fluxo de aprovação de executivos; e o Firefigther, que monitora os acessos considerados de alta criticidade; e
 - Revisão periódica dos perfis de acesso para reduzir riscos de utilização de de transações críticas e de conflito de segregação de funções.
- Efetuar a gestão do sistema de normativos, garantindo a padronização e atualização das diretrizes, normas e procedimentos do Grupo Neoenergia.

A área de segurança da informação é responsável por:

- Elaborar relatórios de análise de riscos em sistemas/processos;
- Acompanhar planos de ação das auditorias interna e externa relacionados à avaliação geral do ambiente de TI;
- Elaborar/revisar periodicamente os normativos de segurança da informação, visando à proteção das informações nos três pilares: processos, pessoas e tecnologia;
- Manter o programa de conscientização/treinamento em segurança da informação;
- Analisar os incidentes de segurança ou não-conformidades, definindo recomendações para as áreas responsáveis;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

- Analisar os requisitos de segurança em projetos, sistemas ou pacotes de software; e
- Atuar como consultoria interna de segurança da informação para todas as empresas do Grupo Neoenergia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 - Outras informações relevantes

Em 03/04/2012, a agência de avaliação de risco de crédito Standard & Poor's (S&P) reafirmou o grau de investimento, concedido em 30/03/2011 para Celpe, e março de 2010 para a *holding* Neoenergia e para as outras duas distribuidoras do Grupo, Coelba e Cosern, com *ratings* iguais a BBB- na Escala Global e brAAA na Escala Nacional. A agência reafirmou os *ratings* de Termopernambuco e Itapebi em brAA+. As classificações, segundo a S&P, decorrem das perspectivas estável, que o Grupo manterá na geração de fluxo de caixa e liquidez fortes, enquanto realiza investimentos significativos e implementa o terceiro ciclo de revisão tarifária em 2013.

Em 28/05/2013 a Neoenergia e as distribuidoras CELPE, COELBA e COSERN mantiveram seu rating de BBB- na Escala Global e brAAA na Escala Nacional Brasil reafirmados, assim como o AA+ em escala nacional da Itapebi e Termopernambuco, conforme súmula adiante.

A evolução dos ratings do Grupo Neoenergia está demonstrada na tabela a seguir:

Rating Corporativo	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Investment Grade
NEOENERGIA	A-	A	A+	AA-	AA+	AA+	AAA	AAA	AAA	AAA	
Perspectiva	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável	Estável	
COELBA	A-	A	A+	AA-	AA+	AA+	AAA	AAA	AAA	AAA	
Perspectiva	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável	Estável	
CELPE	BBB+	BBB+	BBB+	A+	AA-	AA-	AA+	AAA	AAA	AAA	
Perspectiva	Estável	Estável	Positiva	Estável	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável	Estável	
COSERN	A-	A	A+	AA-	AA+	AA+	AAA	AAA	AAA	AAA	
Perspectiva	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável	Estável	
ITAPEBI (Debêntures)		A-	A+	AA-	AA	AA	AA+	AA+	AA+	AA+	
Perspectiva		Positiva	Estável	Estável	Estável	Positiva	Estável	Estável	Estável	Estável	
TERMOPERNAMBUCO (Debêntures)		A-	A	A+	AA	AA	AA+	AA+	AA+	AA+	
Perspectiva		Positiva	Estável	Estável	Estável						

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

RatingsDirect®

Research Update:

Neoenergia S.A. And Its Subsidiaries 'BBB-' Global Scale And 'brAAA' National Scale Ratings Affirmed, Outlook Stable

Primary Credit Analyst:

Alvaro Astarloa, Sao Paulo (34) 91-389-6964; alvaro.astarloa@standardandpoors.com

Secondary Contact:

Vinicius Ferreira, Sao Paulo (55) 11 3039-9763; vinicius.ferreira@standardandpoors.com

Table Of Contents

Overview

Rating Action

Rationale

Outlook

Related Criteria And Research

Ratings List

WWW.STANDARDANDPOORS.COM/RATINGSDIRECT

MAY 28, 2013 1

1138028 | 301682931

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**Research Update:****Neoenergia S.A. And Its Subsidiaries 'BBB-' Global Scale And 'brAAA' National Scale Ratings Affirmed, Outlook Stable****Overview**

- Despite some weakening of Brazil-based electric utility Neoenergia's credit metrics, we believe that it maintains an "intermediate" financial risk profile, given its stable cash-flow generation profile and "adequate" liquidity.
- We are affirming our 'BBB-' global scale and 'brAAA' national scale corporate credit ratings on Neoenergia and its subsidiaries, COELBA, CELPE, and COSERN.
- The stable outlook is based on our expectation that the group will maintain its current liquidity and cash-flow generation profile, with an expected minimum funds from operations of R\$2.4 billion over the next two years.

Rating Action

On May 28, 2013, Standard & Poor's Ratings Services affirmed its 'BBB-' global scale and 'brAAA' national scale corporate credit ratings on the Neoenergia group, which consists of Neoenergia S.A. and its subsidiaries, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, and Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN. The outlook is stable.

At the same time, we affirmed our 'brAA+' national scale issue ratings on Neoenergia's other subsidiaries, Termopernambuco S.A. and Itapebi Geração de Energia S.A., based on the parent company's unconditional and irrevocable guarantee to each of these entities.

Rationale

The ratings on the Neoenergia group reflect its "satisfactory" business risk profile, "intermediate" financial risk profile, "adequate" liquidity and "satisfactory" management and governance factors, according to the definitions of our rating methodology and criteria.

We analyze the Neoenergia group on a consolidated basis, as we believe that the group adopts an integrated financial strategy and that the holding company - Neoenergia S.A. - is very active in managing the operations of each of its subsidiaries. We also evaluate COELBA, CELPE, and COSERN not only by taking

WWW.STANDARDANDPOORS.COM/RATINGSDIRECT

MAY 28, 2013 2

1138838 | 301682931

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Research Update: Neoenergia S.A. And Its Subsidiaries 'BBB-' Global Scale And 'brAAA' National Scale Ratings Affirmed, Outlook Stable

into account their individual concession areas, operating efficiency, and financial profiles, but also by assuming that being part of the Neoenergia group improves their financial flexibility.

We assess the group's business risk profile as "satisfactory," due to its strong market position of COELBA, CELPE and COSERN that have the exclusive rights to distribute the energy in their concession areas (mainly in the states of Bahia, Pernambuco, and Rio Grande do Norte, respectively). The distribution subsidiaries contribute 74% of consolidated EBITDA for the 12 months ended March 31, 2013. Historically, their concession areas have had an energy growth demand higher than the national growth rate, and this trend is expected to continue over the next few years thanks to a growing middle class and the expansion of social programs, such as "Luz para Todos."

In addition, the group is investing in power generation to more than double its capacity to 4.1 gigawatts (GW) by 2019. We view this strategy as positive in terms of business diversification, and we believe that the higher competition in the generation market is mitigated by long-term energy sales contracts. Meanwhile, the company is focusing on improving the operating efficiency of its network - by investing to reduce losses, provisions for doubtful debtors (PDD)-and quality service of its distribution companies. Despite the group's somewhat challenging concession areas - with some demographic concentrations and vast rural areas - its service quality indicators compare well with the Brazilian average, while its profitability metrics are above those of its peers.

In 2011, about 30% of the group's residential customer base was classified as low-income following the implementation of Law 12,212, which changed the low-income classification to an average per capita income of half minimum salary per consumer unit - from consumer unit with consumption up to 65 kilowatt-hours (kWh). The company has made a significant effort to register some of the clients that lost the low-income benefit with the methodology change, increasing its low-income customer base to over 40% of its residential customer base, as of March 31, 2013. This resulted in higher PDD and losses in 2012 for all the distribution companies, and we expect these indicators to revert to historical averages in 2013 and afterwards.

We assess the group's financial risk profile as "intermediate," despite expected slightly weaker financial metrics in the next two years, such as debt to EBITDA of 3.5x in 2013 and minimum funds from operations (FFO) to debt of 28% in 2014. We project these metrics to recover below 3.0x and above 30%, respectively, after 2015, based on prudent and efficient financial policy. The lower nominal EBITDA from the distribution companies is due to the third tariff review cycle for COELBA and the higher energy cost from thermal dispatch for the group's distribution and generation companies. In our view, prudent management practices, moderate dividend distribution, and a strong cash position will result in robust cash-flow protection and easy access to debt and capital markets. The group's aggressive capital expenditures over the next five years will pressure its consolidated debt. However, total debt is expected to drop in 2015 following the ramp-up of the new generation assets

WWW.STANDARDANDPOORS.COM/RATINGSDIRECT

MAY 28, 2013 3

1138028 | 301602931

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Research Update: Neoenergia S.A. And Its Subsidiaries 'BBB-' Global Scale And 'brAAA' National Scale Ratings Affirmed, Outlook Stable

and the resulting cash flows. The solid capital structure and adequate liquidity are positive credit factors and support the group's near-term capital expenditure program.

Liquidity

The Neoenergia group has been posting steady and growing internal liquidity over the past few years. As a result, we continue assessing the group's liquidity as "adequate." As of Dec. 31, 2012, the group had a cash position of R\$4.4 billion (about 63% at the holding level), which was more than sufficient to cover its R\$1.2 billion short-term maturities. The group is expected to maintain minimum cash position of R\$2 billion while it implements its growth strategy. In general, Neoenergia has a good financial flexibility, as seen in its history of frequent access to capital markets.

In 2012, the group invested R\$3.3 billion—consisting of R\$2.8 billion cash from operations and R\$2 billion in loans – a new \$250 million six-year term loan for COELBA, a R\$650 million debenture with a 20-year final maturity to finance Teles Pires' investments, and the remainder from the Brazilian Development Bank (BNDES). After R\$1 billion in debt repayments and R\$950 million in dividend cash payment in 2012, the group's cash position remained relatively stable at R\$4.4 billion.

Capital expenditures are expected to reach R\$3.6 billion (approximately 60% in generation) in 2013 and R\$3.0 billion (approximately 60% in generation) in 2014. The group will fund these expenditures from its internal cash generation and long-term credit lines from BNDES and Eletrobras to preserve its "adequate" liquidity in the next few years.

Historically, the group received a large dividend payment from the subsidiaries. Nevertheless, for 2013 and 2014, we expect the subsidiaries only to upstream the minimum requirement of 25% to offset losses following the third tariff review cycle and to reduce debt. The dividends payment at the holding level to shareholders, historically, has been relatively low in comparison with the group's accumulated cash position (R\$3.6 billion in 2010, R\$4.3 billion in 2011, and R\$4.4 billion in 2012). This strategy demonstrates the shareholders' desire to not pressure the group's financial health, given its expansion strategy. For the next few years, we expect dividend distributions to remain at 35%-50% to cope with the planned investments and to stay in line with the company's dividend policy guidance.

Outlook

The outlook is stable, based on our expectation that the group will maintain adequate liquidity, with minimum cash position of R\$2 billion and cash-flow generation with minimum FFO of R\$2.4 billion in the next two years. The outlook incorporates the negative effect of the third tariff review on COELBA, the group's largest cash generation contributor, and the aggressive investment plan for the next five years.

WWW.STANDARDANDPOORS.COM/RATINGSDIRECT

MAY 28, 2013 4

1138028 | 301682931

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Research Update: Neoenergia S.A. And Its Subsidiaries 'BBB-' Global Scale And 'brAAA' National Scale Ratings Affirmed, Outlook Stable

We believe the group will be able to continue generating strong cash flow in the upcoming years, despite some pressure on its main credit metrics due to the aggressive capital expenditure plan. According to our projections, the group's credit metrics should recover in 2015 following the ramp-up of the Teles Pires' project, which is expected to contribute higher cash generation amid lower capital expenditures. We would consider an upgrade, if the group's operating performance is stronger than expected, such as debt to EBITDA below 2.5x and FFO to debt above 40%. On the contrary, we would consider a downgrade if the distribution companies are unable to reduce debt or if they continue to present high dividend payout, which could further weaken the group's financial flexibility, resulting in a consistent debt to EBITDA above 3.5x and FFO to debt below 30%.

Related Criteria And Research

- Methodology: Management And Governance Credit Factors For Corporate Entities And Insurers, Nov. 13, 2012
- Criteria Methodology: Business Risk/Financial Risk Matrix Expanded, Sept. 18, 2012
- Methodology and Assumptions: Liquidity Descriptors For Global Corporate Issuers, Sept. 28, 2011
- 2008 Corporate Criteria: Analytical Methodology, April 15, 2008

Ratings List

Ratings Affirmed

Neoenergia S.A.

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

Companhia Energetica do Rio Grande do Norte

Companhia Energetica de Pernambuco (CELPE)

Corporate Credit Rating BBB-/Stable/--

Brazil National Scale brAAA/Stable/--

Companhia Energetica de Pernambuco (CELPE)

Senior Unsecured brAAA

Companhia Energetica do Rio Grande do Norte

Subordinated brAAA

Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia

Senior Unsecured BBB-

Senior Unsecured brAAA

Itapebi Geracao de Energia S.A.

Subordinated brAA+

WWW.STANDARDANDPOORS.COM/RATINGSDIRECT

MAY 28, 2013 5

(130020 | 301602931)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Research Update: Neoenergia S.A. And Its Subsidiaries 'BBB-' Global Scale And 'brAAA' National Scale Ratings Affirmed, Outlook Stable

Termopernambuco S.A.

Senior Secured

brAA+

Senior Unsecured

brAA+

Complete ratings information is available to subscribers of RatingsDirect at www.globalcreditportal.com and at www.spcapitaliq.com. All ratings affected by this rating action can be found on Standard & Poor's public Web site at www.standardandpoors.com. Use the Ratings search box located in the left column.

WWW.STANDARDANDPOORS.COM/RATINGSDIRECT

MAY 28, 2013 6

1138028 | 301682931

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas



Brasil

Data de Publicação: 28 de maio de 2013

Comunicado à Imprensa

Ratings 'BBB-' e 'brAAA' da Neoenergia S.A. e de suas subsidiárias reafirmados; Perspectiva estável

Analista principal: Alvaro Astarico, São Paulo, (34) 91-389-6964; alvaro.astarico@standardandpoors.com

Contato analítico adicional: Vinicius Ferreira, São Paulo, (55) 11 3039-9763; vinicius.ferreira@standardandpoors.com

Líder do comitê de rating: Sergio Fuentes, Buenos Aires (54) 11-4891-2131, sergio.fuentes@standardandpoors.com

Resumo

- Apesar do relativo enfraquecimento de suas métricas de crédito, acreditamos que a companhia brasileira de energia elétrica Neoenergia S.A. mantém um perfil de risco financeiro "intermediário", dadas a sua posição de geração de fluxo de caixa estável e a sua liquidez "adequada".
- Reafirmamos os ratings 'BBB-' na escala global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil da Neoenergia e de suas subsidiárias COELBA, CELPE e COSERN.
- A perspectiva estável se baseia em nossa expectativa de que o grupo manterá a liquidez e o perfil de geração de fluxo de caixa atuais, com uma geração interna de caixa estimada mínima de R\$ 2,4 bilhões para os próximos dois anos.

Ações de Rating

Em 28 de maio de 2013, a Standard & Poor's Ratings Services reafirmou os ratings 'BBB-' na escala global e 'brAAA' na Escala Nacional Brasil atribuídos ao grupo Neoenergia, que consiste da Neoenergia S.A. e de suas subsidiárias Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA), Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) e Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN). A perspectiva é estável.

Ao mesmo tempo, reafirmamos os ratings de emissão 'brAA+' atribuídos às outras subsidiárias da Neoenergia, Termopernambuco S.A. e Itapebi Geração de Energia S.A., com base na garantia incondicional e irrevogável do controlador para cada uma das emissões dessas entidades.

Fundamentos

Os ratings da Neoenergia refletem o perfil de risco "satisfatório" do grupo, o perfil de risco financeiro "intermediário", a liquidez "adequada" e a administração e práticas de governança corporativa "satisfatória", de acordo com as definições desses termos em nossas metodologias e critérios de ratings.

Analizamos o grupo Neoenergia em termos consolidados porque acreditamos que o grupo adota uma estratégia financeira integrada e que a empresa *holding* – Neoenergia S.A. – é muito ativa em administrar as operações de cada uma de suas subsidiárias. Também analisamos a COELBA, CELPE e COSERN não apenas levando em conta suas áreas de concessão, eficiência operacional e os perfis financeiros individualmente, mas também considerando sua participação no grupo Neoenergia, o que melhora a flexibilidade financeira dessas companhias.

Avaliamos o perfil de risco de negócios do grupo como "satisfatório", em função da forte posição de mercado de cada uma de suas subsidiárias de distribuição, as quais têm os direitos exclusivos para distribuir energia em suas áreas de concessão (principalmente nos Estados da Bahia,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Pernambuco e Rio Grande do Norte). COELBA, CELPE e COSERN contribuíram com 74% do EBITDA consolidado, com base nos 12 meses findos em 31 de março de 2013. Historicamente, suas áreas de concessão têm tido uma taxa de crescimento da demanda por energia superior à nacional, e essa tendência deve continuar nos próximos anos, graças ao crescimento da classe média e à expansão dos programas sociais, como o "Luz para Todos."

Além disso, o grupo está investindo em geração de energia buscando mais do que dobrar sua capacidade para 4,1 gigawatts (GW) até 2019. Vemos essa estratégia como positiva em termos de diversificação de negócios, e acreditamos que a maior competição vista no mercado de geração é mitigada pelos contratos de vendas de energia de longo prazo. Ao mesmo tempo, o grupo vem buscando melhorar a eficiência operacional de sua rede – investindo na redução de perdas e de inadimplências – e na qualidade dos serviços de suas companhias de distribuição. Apesar de suas áreas de concessão apresentarem desafios operacionais – com certas concentrações demográficas e vastas áreas rurais – vemos que os indicadores de qualidade dos serviços do grupo comparam-se bem à média brasileira, enquanto os de rentabilidade são superiores aos do setor elétrico brasileiro.

Em 2011, após a implementação da Lei 12.212/2010 – a qual mudou a classificação do cliente de baixa renda para uma renda média familiar per capita de até meio salário mínimo por unidade consumidora, enquanto anteriormente era classificada com um consumo máximo por unidade consumidora de até 65 kilowatt-horas (KWh) –, cerca de 30% da base de clientes residenciais do grupo foi classificada como de baixa renda. O grupo realizou grande esforço para recadastrar os clientes que perderam o status de baixa renda com a mudança da metodologia, aumentando assim sua base de clientes de baixa renda para cerca de 40% dos clientes residenciais em 31 de março de 2013. Isso resultou em provisões para devedores duvidosos e perdas mais altas em 2012 para todas as distribuidoras do grupo, e esperamos que esses indicadores revertam-se para as médias históricas de 2013 em diante.

Avaliamos o perfil de risco financeiro do grupo como "intermediário", apesar de esperarmos métricas financeiras ligeiramente mais fracas nos próximos dois anos, tais como dívida sobre EBITDA de 3,5x em 2013 e geração interna de caixa (FFO, na sigla em inglês) mínima sobre dívida de 28% em 2014. Projetamos uma recuperação nessas métricas, respectivamente, para menos de 3,0x e mais de 30% após 2015, com base na política financeira prudente e eficiente do grupo. O menor EBITDA nominal das distribuidoras se deve ao 3º ciclo de revisão tarifária, principalmente para a COELBA, e aos custos mais altos de energia relacionados ao despacho térmico para as distribuidoras e geradoras do grupo. Em nossa visão, práticas de administração prudentes, distribuição moderada de dividendos e uma forte posição de caixa do grupo suportam um robusto fluxo de caixa e também seu acesso aos mercados de dívida e de capitais. Acreditamos que os elevados investimentos do grupo nos próximos cinco anos pressionarão sua dívida consolidada. No entanto, esperamos que a dívida total se reduza a partir de 2015 com a entrada em operação dos novos ativos de geração e seus resultantes fluxos de caixa. Vemos que sua sólida estrutura de capital e sua liquidez adequada são fatores positivos de crédito, os quais devem suportar o programa de investimentos do grupo no curto prazo.

Liquidez

O grupo Neoenergia vem apresentando liquidez interna estável e crescente nos últimos anos. Dessa forma, continuamos avaliando sua liquidez como "adequada". Em 31 de dezembro de 2012, o grupo dispunha de uma posição de caixa de R\$ 4,4 bilhões (cerca de 63% no nível da *holding*), montante este mais do que suficiente para cobrir seus vencimentos de curto prazo que somavam R\$ 1,2 bilhão. Esperamos que o grupo mantenha uma posição de caixa mínima de R\$ 2 bilhões, enquanto simultaneamente implementa seu plano de investimentos. Em geral, a Neoenergia tem uma boa flexibilidade financeira, conforme se observa em seu histórico de acesso frequente aos mercados de capitais.

Em 2012, a Neoenergia investiu R\$ 3,3 bilhões. No mesmo ano, o grupo tinha R\$ 2,8 bilhões derivados de caixa das operações e R\$ 2 bilhões de novos recursos – sendo um empréstimo com prazo de seis anos no valor de US\$250 milhões para a COELBA, uma emissão de debêntures de R\$ 650 milhões com vencimento final de 20 anos para financiar os investimentos da usina de Teles Pires e o montante remanescente de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Econômico e Social (BNDES). Após R\$ 1 bilhão de amortizações de dívida e R\$ 950 milhões em pagamento de dividendos no período, a posição de caixa do grupo permaneceu relativamente estável, em R\$ 4,4 bilhões.

Os investimentos estão orçados em até R\$ 3,6 bilhões (cerca de 60% destinados à área de geração) para 2013 e R\$ 3 bilhões (em torno de 60% para geração) para 2014. O grupo espera financiar esses investimentos com sua geração interna de caixa e linhas de crédito de longo prazo do BNDES e também da Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (BBB/Estável/-- em moeda estrangeira e A-/Estável/-- em moeda local), preservando dessa maneira sua liquidez "adequada" nos próximos anos.

Historicamente, o grupo recebeu um montante elevado de dividendos das subsidiárias. No entanto, para 2013 e 2014, esperamos que as subsidiárias de distribuição enviem somente o percentual mínimo requerido de 25%, a fim de compensar as perdas após o 3º ciclo de revisão tarifária e reduzir o endividamento. O pagamento de dividendos no nível da *holding* para os acionistas, historicamente, tem sido relativamente baixo em comparação com a posição de caixa acumulada do grupo (R\$ 3,6 bilhões em 2010, R\$ 4,3 bilhões em 2011 e R\$ 4,4 bilhões em 2012). Essa estratégia demonstra que os acionistas não pretendem pressionar a saúde financeira do grupo, vis-à-vis a sua estratégia de expansão. Para os próximos anos, esperamos que a distribuição de dividendos permaneça na faixa de 35%-50% para acomodar os investimentos planejados, e em linha com a diretriz de política de dividendos da companhia.

Perspectiva

A perspectiva é estável, com base em nossa expectativa de que o grupo manterá liquidez adequada, com uma posição de caixa mínima de R\$ 2 bilhões e geração de fluxo de caixa com um FFO mínimo de R\$ 2,4 bilhões nos próximos dois anos. A perspectiva incorpora o efeito negativo do 3º ciclo de revisão tarifária na COELBA, a maior contribuidora de geração de caixa do grupo, e o plano significativo de investimentos para os próximos cinco anos.

Acreditamos que o grupo será capaz de continuar a gerar forte fluxo de caixa nos próximos anos, apesar de certa pressão em suas principais métricas de crédito em função do plano agressivo de investimentos. De acordo com as nossas projeções, suas métricas de crédito devem se recuperar em 2015 após o início da operação da usina de Teles Pires, a qual deve contribuir com maior geração de caixa, além de menores investimentos. Podemos elevar os ratings caso o desempenho operacional do grupo seja mais forte do que o esperado, tais como dívida sobre EBITDA abaixo de 2,5x e FFO sobre dívida acima de 40%. Por outro lado, podemos considerar um rebaixamento se as distribuidoras do grupo forem incapazes de reduzir a dívida ou se continuarem a apresentar um elevado pagamento de dividendos, o que poderia enfraquecer a flexibilidade financeira do grupo, apresentando indicadores consistentemente mais fracos, como uma dívida sobre EBITDA acima de 3,5x e FFO sobre dívida abaixo de 30%.

Critérios e Artigos Relacionados

- Metodologia: Fatores de créditos relativos à administração e governança para entidades corporativas e seguradoras, 13 de novembro de 2012.
- Metodologia: Expansão da matriz de risco financeiro/risco de negócios, 18 de setembro de 2012.
- Metodologia e Premissas: Descritores de Liquidez para Emissores Corporativos Globais, 28 de setembro de 2011.
- 2008 Critérios de Ratings Corporativos - Metodologia Analítica, 15 de abril de 2008.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

LISTA DE RATINGS	
Ratings Reafirmados	
Neoenergia S.A.	
<i>Ratings de Crédito Corporativo</i>	
Escala global	
Moeda estrangeira	BBB-/Estável/-
Moeda local	BBB-/Estável/-
Escala Nacional Brasil	brAAA/Estável/-
Companhia de Eletroidade do Estado da Bahia (COELBA)	
<i>Ratings de Crédito Corporativo</i>	
Escala global	
Moeda estrangeira	BBB-/Estável/-
Moeda local	BBB-/Estável/-
Escala Nacional Brasil	brAAA/Estável/-
<i>Rating de Emissão</i>	
Debêntures	brAAA
Companhia Energética de Pernambuco (CELPE)	
<i>Ratings de Crédito Corporativo</i>	
Escala global	
Moeda estrangeira	BBB-/Estável/-
Moeda local	BBB-/Estável/-
Escala Nacional Brasil	brAAA/Estável/-
<i>Rating de Emissão</i>	
Debêntures	brAAA
Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COGERN)	
<i>Ratings de Crédito Corporativo</i>	
Escala global	
Moeda estrangeira	BBB-/Estável/-
Moeda local	BBB-/Estável/-
Escala Nacional Brasil	brAAA/Estável/-
<i>Rating de Emissão</i>	
Debêntures	brAAA
Termopernambuco S.A.	
<i>Rating de Emissão</i>	
Debêntures	brAA+
Itapebi Geração de Energia S.A.	
<i>Rating de Emissão</i>	
Debêntures	brAA+

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Emissor	Data de Atribuição do Rating Inicial	Data da Ação Anterior de Rating
Neeenergia S.A.		
<i>Ratings de Crédito de Emissor</i>		
Escala global		
Moeda estrangeira	24/03/2010	03/04/2012
Moeda local	24/03/2010	03/04/2012
Escala Nacional Brasil	03/12/2004	03/04/2012
Companhia Energética de Pernambuco (CELPE)		
<i>Ratings de Crédito de Emissor</i>		
Escala global		
Moeda estrangeira	24/03/2010	03/04/2012
Moeda local	24/03/2010	03/04/2012
Escala Nacional Brasil	04/05/2004	03/04/2012
Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COGERN)		
<i>Ratings de Crédito de Emissor</i>		
Escala global		
Moeda estrangeira	24/03/2010	03/04/2012
Moeda local	24/03/2010	03/04/2012
Escala Nacional Brasil	22/03/2000	03/04/2012
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA)		
<i>Ratings de Crédito de Emissor</i>		
Escala global		
Moeda estrangeira	24/03/2010	03/04/2012
Moeda local	24/03/2010	03/04/2012
Escala Nacional Brasil	20/07/2000	03/04/2012

Copyright© 2013 pela Standard & Poor's Financial Services LLC. Todos os direitos reservados.

Nenhum conteúdo (incluindo-se ratings, análises e dados relacionados a crédito, avaliações, modelos, software ou outro aplicativo ou resultado deste derivado) ou qualquer parte aqui indicada (Conteúdo) pode ser modificado, revertido, reproduzido ou distribuído de nenhuma forma por nenhum meio, ou armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da Standard & Poor's Financial Services LLC ou suas afiliadas (coletivamente aqui denominadas S&P). O Conteúdo não deverá ser utilizado para nenhum propósito legal ou não autorizado. A S&P e todos os seus provedores terceiros, bem como seus diretores, officers, acionistas, funcionários ou agentes (coletivamente aqui denominados as Partes da S&P) não garantem a exatidão, integridade, tempestividade ou disponibilidade do Conteúdo. As Partes da S&P não são responsáveis por erros ou omissões (por negligência ou qualquer outra causa), independentemente de sua causa, dos resultados obtidos a partir do uso do Conteúdo ou da segurança ou manutenção de qualquer dado incluído pelo usuário. O Conteúdo é fornecido em base "tal qual apresentado." AS PARTES DA S&P RENUNCIAM TODAS E QUAISQUER GARANTIAS EXPRESSAS OU IMPLÍCITAS, INCLUINDO, MAS NÃO LIMITANDO, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO OU ADEQUAÇÃO PARA UM PROPOSITO OU USO ESPECIFICO, LIVRE DE DEFEITOS, ERROS OU DEFEITOS DE SOFTWARE, QUE O FUNCIONAMENTO DO CONTEUDO SERÁ ININTERRUPTO OU QUE O CONTEUDO VAI OPERAR COM QUALQUER CONFIGURAÇÃO DE SOFTWARE OU HARDWARE. Em nenhuma circunstância, devem as Partes da S&P ser responsáveis por qualquer parte derivada de danos, custos, despesas, honorários legais ou perdas diretos, indiretos, incidentais, exemplares, compensatórios, punitivos, especiais ou consequenciais (incluindo, sem limitação, receitas perdidas ou lucros perdidos e custos de oportunidade ou perdas provocados por negligência) com relação a qualquer uso do Conteúdo mesmo se alertados sobre a possibilidade desses danos.

As análises creditícias e relacionadas e outras, incluindo ratings, e as declarações no Conteúdo que são declarações de opinião na data em que foram expressas e não declarações de fato. As opiniões, análises e decisões de reconhecimento de rating da S&P (descritas abaixo) não são recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou para tomar qualquer decisão de investimento e não abordam a adequação de nenhum valor mobiliário. A S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar o Conteúdo após a publicação em qualquer forma ou formato. Não se deve depender do Conteúdo e este não é um substituto da capacidade, julgamento e experiência do usuário, de sua administração, funcionários, assessores e/ou clientes para se tomar decisões de investimento ou de outros negócios. A S&P não atua como agente fiduciário nem como assessora de investimento exceto quando está registrada como tal. Embora a S&P obtenha informações de fontes que considera confiáveis, ela não conduz nenhuma auditoria nem realiza avaliações de due diligence ou de verificação independente de qualquer informação recebida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

A medida que as autoridades regulatórias permitam a uma agência de rating reconhecer em uma jurisdição um rating emitido em outra jurisdição para determinados fins regulatórios, a S&P reserva-se ao direito de atribuir, retirar ou suspender esse reconhecimento a qualquer momento e a seu total critério. As Partes da S&P não assumem nenhuma obrigação proveniente da atribuição, retirada ou suspensão de um reconhecimento, bem como de qualquer responsabilidade por quaisquer danos que se aleguem como derivados em relação a eles.

A S&P mantém algumas atividades de suas unidades de negócios separadas entre si a fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades. Portanto, algumas unidades de negócios da S&P podem ter informações que não estão disponíveis a outras de suas unidades de negócios. A S&P tem estabelecido políticas e procedimentos para manter a confidencialidade de determinadas informações não-públicas recebidas juntamente com cada um dos processos analíticos.

A S&P pode receber honorários por seus serviços de ratings e por determinadas análises, normalmente de emissores ou subscritores de títulos ou de devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar suas opiniões e análises. As análises e ratings públicos da S&P estão disponíveis em seus Websites: www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar / www.standardandpoors.com.br (gratuitos), www.ratingsdirect.com, www.globalcreditportal.com e www.spcapitalia.com (por assinatura) e pode distribuí-los por outros meios, incluindo via as próprias publicações da S&P ou por redistribuidores externos. Informações adicionais sobre nossos honorários pelos serviços de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

McGRAW-HILL

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações contidas neste item 10 foram extraídas das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Neoenergia dos exercícios de 2013, 2012 e 2011. A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais do Grupo constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Afluente Transmissão (Afluente T) tornou-se operacional a partir de 01.12.2009 quando foi vertida para ela a parcela patrimonial dos ativos e passivos relacionados à atividade de transmissão de energia elétrica de Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. (antiga denominação de Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.). A operação resultou na segregação das atividades de geração e transmissão, antes desempenhadas pela mesma empresa. Dessa forma, a partir de tal data, a atividade de geração passou a ser desenvolvida pela Afluente Geração de Energia Elétrica S.A., enquanto a atividade de transmissão passou a ser desempenhada pela Afluente T.

A Companhia é uma empresa que atua no setor elétrico na área de transmissão. A geração de caixa da companhia tem sido suficiente para cobrir as despesas operacionais e o pagamento do serviço da dívida. Por atuar num setor de capital intensivo, a Afluente T investe constantemente na melhoria, manutenção e expansão da sua rede de transmissão. Para o financiamento destes investimentos, a Afluente T busca o apoio dos bancos de fomento, visando obter recursos com custos mais baixos e com prazos mais aderentes ao retorno de longo prazo dos investimentos em distribuição. Em 2011, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, liberou por intermédio do Banco do Brasil o valor de R\$ 4.210.647,20, crédito destinado a aquisição da Subestação de Energia.

A Política Financeira da Companhia prima, dentre outros, por desconcentrar vencimentos, alongar o prazo da dívida e fazer o hedge de 100% da dívida em moeda estrangeira.

A Afluente T encerrou o exercício de 2012 com uma receita operacional bruta de R\$ 34.553 mil representando um decréscimo de 10,3% em relação a 2011 (R\$ 38.525 mil). Em 2012, a geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA foi superior e totalizou R\$ 17.167 mil, redução de 15,89% em relação aos R\$ 20.409 mil apurados no ano anterior.

O resultado financeiro acumulado em 2012 foi uma receita líquida de R\$ 2.717 mil, 19,6% inferior em relação ao resultado apresentado em 2011 (R\$ 3.379 mil). Essa variação é explicada, pela redução das rendas de aplicações Financeiras, que apresentou em 2011 um volume de R\$ 3.927 mil, contra um montante de R\$ 3.054 mil em 2012.

O lucro líquido apurado em 2012 foi de R\$ 17.691 mil, superior ao registrado no ano de 2011 em, 16,40%, que foi de R\$ 21.162 mil.

Em 2012 o índice de liquidez corrente foi de 7,9, apresentando variação negativa de 23,8% quando comparado com o ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A dívida bruta da Companhia totalizou R\$ 3.998 mil. O indicador financeiro Dívida/EBITDA em 2012 foi de -2,05. A dívida líquida da Afluente T (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou o ano de 2012 com R\$ -35.227 mil.

A Afluente T encerrou o exercício de 2013 com uma receita operacional bruta de R\$ 39.202 mil representando um acréscimo de 13,5% em relação a 2012 (R\$ 34.553 mil). Em 2013, a geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA foi superior e totalizou R\$ 19.146 mil, aumento de 11,05% em relação aos R\$ 17.167 mil apurados no ano anterior.

O resultado financeiro acumulado em 2013 foi uma receita líquida de R\$ 2.214 mil, 18,5% inferior em relação ao resultado apresentado em 2012 (R\$ 2.717 mil). Essa variação é explicada, pela redução das rendas de aplicações Financeiras, que apresentou em 2012 um volume de R\$ 3.054 mil, contra um montante de R\$ 2.579 mil em 2013.

O lucro líquido apurado em 2013 foi de R\$ 19.441 mil, superior ao registrado no ano de 2012 em 9,9%, que foi de R\$ 17.691 mil.

A dívida bruta da Companhia totalizou R\$ 3.472 mil. O indicador financeiro Dívida/EBITDA em 2013 foi de -1,35. A dívida líquida da Afluente T (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou o ano de 2013 com R\$ -25.801 mil.

A Diretoria entende que a companhia tem condições financeiras para dar continuidade as suas atividades.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

Não existe hipóteses de resgate de ações previstas no Estatuto Social da Companhia ou que já tenham sido deliberadas por seus

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, pois não existe fórmula preestabelecida de cálculo do valor de resgate das ações ou cotas

A estrutura de capital da Companhia teve a seguinte evolução nos últimos três anos:

Estrutura do Capital	2013		2012		2011	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Capital de Terceiros	5.900	7,1	13.542	14,5	10.812	11,7
Capital Próprio	77.503	92,9	79.668	85,5	81.257	88,3

Nota 1: Capital de terceiro considera passivo circulante e não circulante. Capital próprio considera o valor do Patrimônio Líquido.

O capital de terceiros considera o passivo circulante somado ao passivo não circulante e o capital próprio leva em consideração o patrimônio líquido da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e médio prazos, pois adota uma política conservadora por meio da qual busca manter um montante de dívida, estrutura de amortização e prazo médio compatíveis com sua geração de caixa. No entanto a Companhia não pode assegurar que eventos adversos não ocorrerão e não prejudicarão a capacidade de pagamentos da Companhia. Entretanto, no último ano o índice de cobertura da dívida líquida foi:

	2011	2012	2013
Dívida Líquida	(33.152)	(35.227)	(25.801)
EBITDA	20.409	17.167	19.146
Dívida Líquida/EBITDA	-1,62	-2,05	-1,35

Nota 1: Dívida líquida = Dívida Onerosa - (Caixa e equivalentes + Títulos e valores mobiliários + Fundos vinculados)

Fonte: DFP

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A companhia tem como um dos pontos da sua política financeira priorizar o financiamento dos investimentos junto a organismos multilaterais e agências de fomento, a exemplo do BNDES, BNB, FINEP, etc. Além dessas fontes a companhia tradicionalmente acessa o mercado de capitais doméstico para complementar suas fontes de financiamento, quando este apresenta condições favoráveis. Também faz parte da estratégia acompanhar e ajustar os compromissos financeiros a geração de caixa, evitando dessa forma captações de curto prazo.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Faz parte da nossa estratégia da Companhia acompanhar e ajustar nossos compromissos financeiros a nossa geração de caixa, evitando dessa forma captações de curto prazo. Eventualmente, pequenas operações podem ser realizadas apenas com o objetivo de empréstimo ponte e casamento de fluxo de caixa, caso haja fonte disponível de baixo custo e com reduzida incidência de impostos. Com o rating AAA em escala nacional da Standard and Poors o Grupo Neoenergia não teve dificuldade de encontrar contrapartes no mercado financeiro doméstico para essas operações nos últimos anos.

f. comentário sobre os níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Faz parte da política financeira do Grupo Neoenergia buscar constantemente o alongamento do prazo e redução de custos de sua dívida. A companhia possuía no final dos últimos três anos o endividamento vencendo no curto e longo prazo, conforme tabela abaixo:

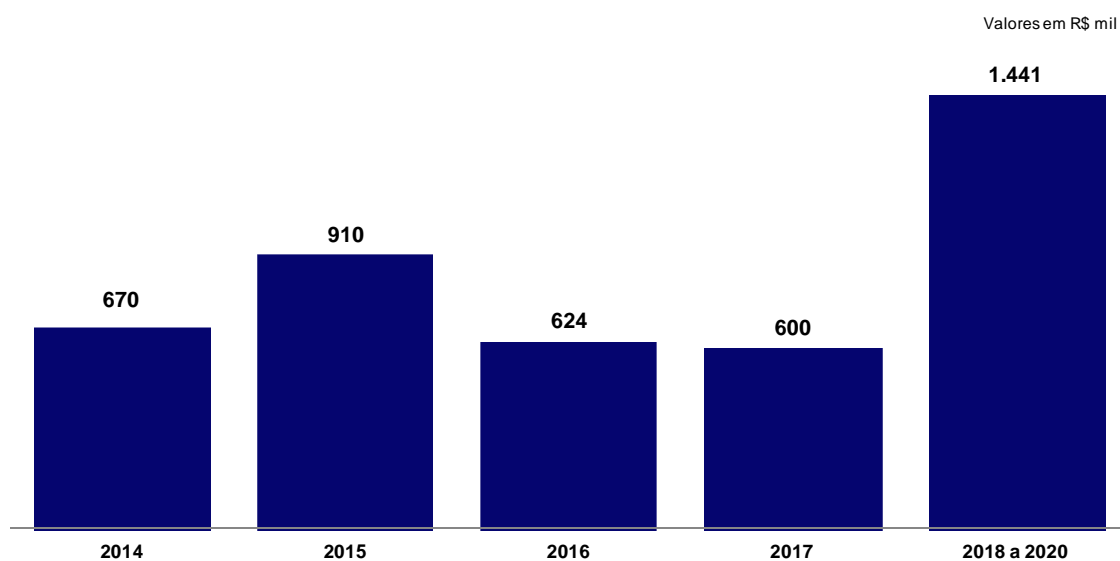
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Estrutura do Capital	2011		2012		2013	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Passivo Circulante	6.754	62,47	9.993	73,79	2.816	47,73
Passivo não Circulante	4.058	37,53	3.549	26,21	3.084	52,27
Total	10.812	100,00	13.542	100,00	5.900	100,00

Nota 1: Capital de terceiro considera passivo circulante e não circulante. Capital próprio considera o valor do Patrimônio Líquido

O percentual de endividamento, considerando o total do passivo circulante + passivo não circulante, conforme item 3.7 deste formulário.

A seguir está o gráfico com histórico dos últimos três anos de endividamento de curto e longo prazo (passivo circulante + passivo não circulante), e o gráfico com o cronograma de amortizações e encargos posição 31/12/2013, referente ao passivo oneroso:

Endividamento - R\$ mil**Cronograma de Esgotamento da Dívida**

A companhia possuía em 31/12/2013, 47,73% do endividamento total no curto prazo, e sua maior parte no longo prazo, correspondendo a 52,27% do endividamento;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;**

A tabela abaixo apresenta o contrato de financiamento da companhia:

Fonte	Moeda	Assinatura	Finalidade	Juros	Vencimento	Saldo da Dívida (R\$ Mil)		
						2011	2012	2013
Banco do Brasil - Repasse	R\$	30/06/2010	Aquisição de Subestação	4,5 % a.a	2020	4.249	3.998	3.471

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A companhia mantém contratos de prestação de serviços bancários com diversas instituições financeiras, assim como contratos de escrituração de ações e contratos de conta corrente e transferências bancárias.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Segue abaixo tabela com a classificação do passivo da Companhia de acordo com o tipo de garantia:

Valores em R\$ Mil					
Credor	Denominação	Saldo devedor em 31/12/2013	Saldo devedor em 31/12/2012	Saldo devedor em 31/12/2011	Classificação
BNDES	FINAME	3.472	3.998	4.249	Garantia Quirografária
OUTROS PASSIVOS*	-	2.428	9.544	7.098	Garantia Quirografária
TOTAL DO PASSIVO		5.900	13.542	11.347	-

* O campo outros passivos considera o passivo total expurgado do passivo oneroso

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Nos termos da Cláusula Quarta, Décima Subcláusula do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e o Poder Concedente, a Companhia não pode alienar, ceder, nem dar em garantia ativos vinculados ao serviço de transmissão.

Além disso, o art. 27 da Lei 8987, de 13.02.1995 ("Lei das Concessões"), e a Cláusula Quarta, Décima Subcláusula do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e o poder concedente, qualquer transferência de controle societário da Companhia deverá ser submetida à aprovação prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A companhia possui um contrato FINAME firmado com o BNDES e o Banco do Brasil, no valor de R\$ 4.210.647,20. Em 10/01/2011 houve a 1º liberação dos recursos no montante de R\$3.579.050,12 e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

em 02/03/2011 houve a 2º liberação no valor de R\$ 631.597,08. Assim, todo o montante contratado foi utilizado pela Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras constantes dos balanços patrimoniais e das demonstrações de resultado referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 foram extraídas das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. Estas demonstrações financeiras foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL - (em milhares de R\$)

ATIVO	31/12/2013	AH%	AV%	31/12/2012	AH%	AV%	31/12/2011	AV%
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	29.013	-22%	35%	36.976	6%	40%	34.728	38%
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	3.610	-21%	4%	4.569	98%	5%	4.661	5%
Títulos e valores mobiliários	26	30%	0%	20	0%	0%	2.673	3%
Impostos e contribuições a recuperar	1.194	9%	1%	1.091	144%	1%	757	1%
Estoques	214	0%	0%	214	100%	0%	214	0%
Despesas pagas antecipadamente	303	63%	0%	186	179%	0%	104	0%
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	25.278	-14%	30%	29.338	108%	31%	27.064	29%
Outros ativos circulares	-	0%	0%	4.434	0%	5%	-	0%
TOTAL DO CIRCULANTE	59.638	-22%	72%	76.828	109%	82%	70.201	76%
NÃO CIRCULANTE								
Títulos e valores mobiliários	234	100%	0%	2.229	0%	2%	-	0%
Impostos e contribuições a recuperar	30	-9%	0%	33	0%	0%	20	0%
Partes relacionadas	-	0%	0%	-	0%	0%	4.258	5%
Depósitos judiciais	17	183%	0%	6	0%	0%	6	0%
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	23.383	67%	28%	14.013	80%	15%	17.483	19%
Investimentos	101	0%	0%	101	100%	0%	101	0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	23.765	45%	28%	16.382	75%	18%	21.868	24%
TOTAL DO ATIVO	83.403	-11%	100%	93.210	101%	100%	92.069	100%
PASSIVO								
	31/12/2012	AH%	AV%	31/12/2011	AH%	AV%	31/12/2010	AV%
CIRCULANTE								
Fornecedores	1.294	-60%	2%	3.208	2449%	3%	131	0%
Empréstimos e financiamentos	533	0%	1%	533	0%	1%	258	0%
Taxas regulamentares	202	122%	0%	91	31%	0%	297	0%
Impostos e contribuições a recolher	665	-18%	1%	807	79%	1%	1.027	1%
Dividendos e juros sobre capital próprio	51	-99%	0%	4.232	84%	5%	5.041	5%
Partes relacionadas	-	0%	0%	1.078	0%	1%	-	0%
Outros passivos circulares	71	0%	0%	44	0%	0%	-	0%
TOTAL DO CIRCULANTE	2.816	-72%	3%	9.993	148%	11%	6.754	7%
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	2.939	-15%	4%	3.465	0%	4%	3.991	4%
Taxas regulamentares	72	31%	0%	55	82%	0%	67	0%
Partes relacionadas	6	0%	0%	8	0%	0%	-	0%
Outros passivos não circulares	67	0%	0%	21	0%	0%	-	0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	3.084	-13%	4%	3.549	87%	4%	4.058	4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	63.085	0%	76%	63.085	100%	68%	63.085	69%
Reservas de lucro	4.951	24%	6%	3.978	129%	4%	3.094	3%
Proposta de distribuição de dividendos adicional	9.467	-25%	11%	12.605	84%	14%	15.078	16%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	77.503	-3%	93%	79.668	98%	85%	81.257	88%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	83.403	-11%	100%	93.210	101%	100%	92.069	100%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Análise dos principais ativos e passivos:

Ativo

Segue abaixo análise das variações das principais contas do ativo.

Títulos e valores mobiliários

Em 2012 o saldo de TVM na carteira do Fundo BB Polo 28 era de R\$ 94 MM, sendo R\$ 68 MM em CDBs e R\$ 26 MM em Debêntures. Já em 2013 este saldo foi reduzido para 23 MM, sendo sua totalidade em Debêntures. Estas mudanças ocorreram para o enquadramento do Grupo Neoenergia em sua política de aplicação.

As debêntures com vencimento superior a 2014 entram como LP e as dentro do ano vigente como CP. A participação de cada empresa, inclusive da Afluente T, em TVM será proporcional a sua participação no fundo.

Impostos e contribuições a recuperar

A variação entre os anos de 2010 para 2011 deve-se a diversos fatores, tais como:

- Aumento no crédito de IRRF s/Aplicação Financeira, créditos de R\$ 128 Mil a transferir para conta de IRPJ a compensar de Exercícios Anteriores, para posterior compensação de impostos com outros impostos federais;
- Aumento de ICMS a Recuperar de Ativo Fixo no montante de R\$ 388 MIL(circulante) e R\$ 20 Mil (não circulante) em virtude da compra de ativo imobilizado;
- Aumento de IRRF/CSLL/PIS/COFINS/INSS, créditos de R\$ 101 Mil a compensar referentes impostos retidos pelos clientes que poderão ser compensados com os mesmos impostos em períodos subsequentes;

A variação entre os anos de 2012 para 2011 deve-se a diversos fatores, tais como:

- Redução no crédito de IRRF s/Aplicação Financeira, créditos de R\$ 128 Mil a transferir para conta de IRPJ a compensar de Exercícios Anteriores, para posterior compensação de impostos com outros impostos federais;
- Aumento ICMS a Recuperar de Ativo Fixo R\$ 2 Mil (circulante) e R\$ 13 Mil (não circulante) em virtude da compra de ativo imobilizado;
- Aumento de crédito de IRPJ de 173 MIL a serem compensados com tributos federais em períodos subsequentes;
- Aumento de IRRF/CSLL/PIS/COFINS/INSS créditos de 285 MIL a compensar referentes impostos retidos pelos clientes que poderão ser compensados com os mesmos impostos em períodos subsequentes;

A variação entre os anos de 2013 para 2012 deve-se a diversos fatores, tais como:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- A variação positiva de IRRF/CSLL/PIS/COFINS/INSS retidos de clientes, serão compensados em períodos posteriores.
- A redução nos Impostos e contribuições a recuperar refere-se à reclassificação realizada em 2013, devido à entrada com códigos indevidos no SAP.
- A variação negativa nos Impostos e contribuições a recolher refere-se à redução do faturamento de serviço com a Itapebi.

Concessão do serviço público (ativo financeiro)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, e à recebíveis pela construção e operação de linhas de transmissão classificados como ativos financeiros por serem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro, nas distribuidoras é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes. Nas Transmissoras, essa parcela é remunerada pelo juro efetivo do projeto, auferido através do método de taxa interna de retorno e mensurado através do custo amortizado.

Em 2012 houve um decréscimo de 20% no Ativo Fin. LP, que pode ser explicado pelo fato do investimento naquele ano ter sido 40% menor que em 2011 (3 MM em 2012). Sendo assim, houveram transferências para o CP que não foram compensadas, na sua totalidade, pelos investimentos. Isso gerou o referido decréscimo no Longo Prazo e um acréscimo de 8% no CP a uma TIR de 4,43%.

Já em 2013 a variação do Ativo Financeiro da Afluente T se deve ao fato de que a concessionária realizou 6,9 milhões em investimento no Ativo Imobilizado, no entanto, tal adição é refletida no Ativo Financeiro de Longo Prazo. Outro ponto é que com a TIR mensal em 4,22% o Ativo Financeiro teve uma atualização de juros de aproximadamente 10 milhões. Vale lembrar que ao longo dos períodos o saldo referente a competência de 12 meses para classificação entre curto e longo prazo é transferido entre eles.

Passivo

Empréstimos e financiamentos

A variação de 2012 para 2011 deve-se pela amortização deste financiamento tem início apenas em agosto de 2012, ou seja, considera-se apenas 5 meses de amortização no curto prazo. Já em 2012, o saldo de devedor de curto prazo considera 12 meses de amortização

A variação em 2013 ocorre porque a empresa esta amortizando sua dívida junto ao BNDES.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Impostos e contribuições a recolher****A variação entre os anos de 2010 para 2011 deve-se a diversos fatores, tais como:**

- Aumento ISS Retido Fonte de R\$ 45 Mil em função do aumento de notas fiscais de faturamento;
- Redução IRRF/CSLL/PIS/COFINS/INSS sobre retenção de terceiros de R\$ 47 Mil pagos sobre serviços contratados;
- Aumento PIS/COFINS sobre faturamento do 4º TRIM 2011 de R\$ 54 Mil a serem pagos em Jan/2012;
- Aumento IRPJ/CSLL a sobre o faturamento do 4º TRIM 2011 de R\$ 144 Mil a serem pagos em Jan/2012 ;

A variação entre os anos de 2012 para 2011 deve-se a diversos fatores, tais como:

- Redução ISS Retido Fonte de R\$ 51 Mil em função do pagamento dos impostos sobre de notas fiscais de faturamento;
- Aumento IRRF/CSLL/PIS/COFINS/INSS sobre retenção de terceiros de R\$ 150 Mil referente a serviços contratados;
- Redução PIS/COFINS 4º TRIM 2012 de R\$ 68 Mil em função das deduções dos impostos retidos a recuperar sobre o faturamento;
- Redução IRPJ/CSLL 4º TRIM 2012 de R\$ 241 Mil em função das deduções de impostos retidos a recuperar sobre o faturamento;
- Redução do ICMS diferencial de Alíquota R\$ 10 Mil pagos referente a compras de Ativo Fixo e Consumo fora do Estado;

A variação entre os anos de 2013 e 2012 não relevante, conforme demonstrado no quadro acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstração do Resultado (Valores em R\$ mil)**

	31/12/13	AH%	AV%	31/12/12	AH%	AV%	31/12/11	AV%
RECEITA BRUTA	39.202	13%	112%	34.553	-10%	122%	38.525	122%
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(4.075)	-35%	-12%	(6.311)	-3%	-22%	(6.517)	-22%
RECEITA LÍQUIDA	35.127	24%	100%	28.242	-12%	100%	32.008	100%
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(14.544)	40%	-41%	(10.401)	-5%	-37%	(10.939)	-37%
LUCRO BRUTO	20.583	15%	59%	17.841	-15%	63%	21.069	63%
Despesas com vendas	(817)	100%	-2%	-	0%	0%	-	0%
Despesas gerais e administrativas	(620)	-8%	-2%	(674)	2%	-2%	(659)	-2%
LUCRO OPERACIONAL	19.146	12%	55%	17.167	-16%	61%	20.410	61%
Receitas financeiras	2.582	-15%	7%	3.054	-22%	11%	3.937	11%
Despesas financeiras	(368)	9%	-1%	(337)	-40%	-1%	(558)	-1%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21.360	7%	61%	19.884	-16%	70%	23.789	70%
Imposto de renda e contribuição social	(1.919)	-12%	-5%	(2.193)	-17%	-8%	(2.627)	-8%
Corrente	(1.919)	-12%	-5%	(2.193)	-17%	-8%	(2.627)	-8%
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS	19.441	10%	55%	17.691	-16%	63%	21.162	63%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.441	10%	55%	17.691	-16%	63%	21.162	63%

A variação de 2013 para 2012 é explicada principalmente pela aumento da receita de construção, que se refere exatamente ao valor dos investimentos no ano de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 - Resultado operacional e financeiro****a. resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

Valores em R\$ Mil					
Componentes da Receita Bruta	2013	Δ % 12/13	2012	Δ % 11/12	2011
Receita de Operação e Manutenção (a)	8.755	13%	7.643	13%	6.669
Receita Financeira de concessão (c)	23.354	2%	22.891	-4%	23.798
Receita de construção (b)	6.920	55%	3.102	-68%	5.223
Outras receitas operacionais	173	-430%	917	-209%	2.835
Total	39.202	12%	34.553	-11%	38.525

Fonte: DFP

(a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

(b) Receita de construção conforme ICPC 01 corresponde a serviços e aquisições de equipamentos incorporados ao ativo de concessão no período.

(c) Receita auferida pelo cálculo de juros da taxa interna de retorno do projeto sobre saldo de ativo financeiro recebível de concessão de transmissão.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Valor em R\$ Mil					
	2013	Δ % 13/12	2012	Δ % 11/12	2011
Receita Bruta	39.202	13,5%	34.553	-10,3%	38.525
Deduções da Receita Bruta	(4.075)	-35,4%	(6.311)	-3,2%	(6.517)
Receita Líquida	35.127	24,4%	28.242	-11,8%	32.008
Custos e Despesas Operacionais:	(15.981)	44,3%	(11.075)	-4,5%	(11.598)
Pessoal	-	-100,0%	(2)	100,0%	-
Material	(123)	95,2%	(63)	5,0%	(60)
Serviço de Terceiros	(7.514)	2,1%	(7.358)	26,2%	(5.830)
Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica - TFSEE	(132)	0,8%	(131)	-31,4%	(191)
Depreciação e Amortização	-	0,0%	-	-100,0%	1
Arrendamentos e Aluguéis	(25)	78,6%	(14)	133,3%	(6)
Tributos	(46)	17,9%	(39)	-33,9%	(59)
Provisões Líquidas - PCLD	(817)	100,0%	-	0,0%	-
Despesa de construção	(6.920)	123,1%	(3.102)	-40,6%	(5.223)
Outros	(404)	10,4%	(366)	59,1%	(230)
Total	19.146	11,5%	17.167	-15,9%	20.410

Fonte: DFP

A variação de 2011 para 2012 é explicada principalmente pela redução da receita de construção, devido à redução de adições no ativo financeiro.

A variação da receita de construção em 2013 refere-se exatamente ao valor dos investimentos do ano.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A RAP – Receita Anual Permitida, prevista no contrato de concessão da Afluente T é ajustada no mês de julho de cada ano e utiliza como referência o IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

calculado pela Fundação Getúlio Vargas ou, em caso de sua extinção, pelo índice definido pela ANEEL.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O principal indicador de inflação que influencia as operações realizadas pela Companhia é o IGP-M, índice que reajusta as tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Valores em R\$ Mil					
	2013	Δ % 13/12	2012	Δ % 11/12	2011
Receita Financeira	2.582	-15,5%	3.054	-22,4%	3.937
Renda de aplicações financeiras	2.579	-15,6%	3.054	-22,2%	3.927
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	3	100,0%	-	-100,0%	10
Despesa Financeira	(166)	-50,7%	(337)	-39,6%	(558)
Encargos de dívida	(166)	-11,7%	(188)	4,4%	(180)
Outras despesas financeiras	(202)	35,6%	(149)	-60,6%	(378)
Resultado financeiro	2.416	-11,1%	2.717	-19,6%	3.379

Fonte: DFP

2011:

Devido à crise financeira internacional, o governo brasileiro adotou algumas medidas com vistas a amenizar os efeitos da crise. As medidas resultaram nos efeitos que se esperavam e o Brasil superou a crise baseado principalmente no crescimento do mercado interno. No entanto, o crescimento da demanda parece ter sido superior à capacidade produtiva do país o que acabou resultando em fortes pressões inflacionárias. Por isso, desde fins de 2010, a preocupação do Banco Central do Brasil com o controle da inflação foi bastante intensa.

A taxa básica de juros, SELIC, apresentou uma tendência de alta no primeiro semestre de 2011 chegando ao patamar de 12,5%, contudo no segundo semestre começou a diminuir fechando o ano em 11%. O IPCA encerrou o ano de 2011 com alta de 6,50%, marcando o resultado mais elevado desde 2004 (7,60%). A pressão do grupo dos serviços, dos preços de alimentos e a inércia gerada pela inflação elevada de 2010 foram os principais motivos para a alta inflação em 2011.

A taxa de câmbio fechou 2011 em R\$/US\$ 1,88 apontando uma desvalorização do real frente ao dólar de 12,6% quando comparada a 2010, tendo como um dos principais fatores a crise européia.

O IGP-M acumulado em 2011 encerrou em 5,1% registrando uma forte desaceleração em relação a 2010 que foi de 11,3%, justificado principalmente pela depreciação nos preços das commodities. Vale ressaltar, que este índice impacta diretamente o reajuste das tarifas de energia elétrica.

No âmbito regional, segundo as estimativas da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (Condepe/Fidem), Pernambuco registrou em 2011 um crescimento de 4,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB), quando comparado com o ano de 2010, ficando acima do crescimento do PIB nacional, que registrou crescimento de 2,7% em 2011. É um número a ser comemorado porque a economia pernambucana resistiu firmemente aos efeitos da crise.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**2012:**

Ao longo do ano de 2012 ocorreram quedas recorrentes da taxa básica de juros SELIC tendo a mesma fechado o ano em 7,25% a.a – a menor taxa histórica. Com essa redução, o governo ganhou (pagando menos juros em títulos) e o mercado, com a redução dos rendimentos dos títulos, reduziu as taxas de juros das operações do mercado para não perder investimentos. Observou-se então um ajuste na TJLP que sofreu diminuição de 6% para 5,5%. Quanto ao CDI acumulado, o mesmo fechou em 8,4%. A redução da taxa básica de juros além de ajudar a estimular a atividade econômica, à medida que barateia o crédito e estimula o consumo, também afeta o câmbio e estimula as exportações ao conter a entrada de dólares e diminuir a queda do valor da moeda americana. O ano foi então fechado com um câmbio valorizado de R\$ 2,04 em relação ao anterior.

Em referência à inflação, o IGP-M acumulado foi fechado 7,8% enquanto o IPCA encerrou o ano em 5,83%.

2013:

Ao longo do ano de 2013 o Banco Central através de política monetária atuou elevando o patamar da taxa básica de juros, a SELIC, tendo a mesma fechado o ano em 9,90% a.a. No início de 2013 a taxa registrava o patamar de 7,25% a.a.. Outro importante indicador da inflação na economia brasileira o IPCA, sofreu um aumento em 2013 onde o acumulado atingiu 5,91% em comparação com o registrado em 2012 que registrou 5,84%. Por outro lado o IGP-M sofreu uma redução de 2,31 p.p. passando de 7,82% a.a em 2012 para 5,51% a.a. em 2013. Os principais fatores para a diminuição no ritmo da alta vieram da queda dos preços no atacado e na construção. A taxa de câmbio fechou o ano de 2013 em R\$/US\$ 2,3426 acumulando uma desvalorização do real frente ao dólar de 14,64% comparado ao ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais, aquisição ou alienação de segmento operacional que tenha causado alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Não há previsão de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais, constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável. Não houve, nos últimos três exercícios sociais eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Os Diretores devem comentar:****a. comentários sobre as mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingência, realização de impostos, contribuições sociais diferidos e base de determinação do ativo financeiro.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b. comentários sobre os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

CPC/IFRS:

Norma	Assunto
CPC 19 (R2)/IFRS 11	"Negócios em Conjunto"
CPC 26 (R1)/IAS 1	"Apresentação das Demonstrações Contábeis"
CPC 33 (R2)/IAS 19	"Benefícios a Empregados"
CPC 36 (R3)/IAS 10	"Demonstrações Consolidadas"
CPC 40 (R1)/IFRS 7	"Instrumentos Financeiros: Evidenciação"
CPC 45/IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades"
CPC 46/IFRS 13	"Mensuração do Valor Justo"

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, porém não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

IFRS:

Norma	Assunto
IFRIC 21	"Taxas"
IFRS 9	"Instrumentos Financeiros"

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

c. comentários sobre as ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos períodos em análise, não houve ressalvas ou ênfases presentes no parecer do auditor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para contingência, realização de impostos, contribuições sociais diferidos e base de determinação do ativo financeiro.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

a) Receita de concessão:

a.i) Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

a.ii) Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

a.iii) Receita financeira de concessão

A receita financeira de concessão corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).

b) Receita de Juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Imposto de renda e contribuição social correntes

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial), empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, concessão de serviço público e outros créditos.

a.i) Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A apropriação no resultado ocorre pelo método de juros efetivos incluído na linha de receita financeira

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

na demonstração de resultado. As eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

a.ii) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

b.i) Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Empréstimos e financiamentos**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa efetiva de juros.

b.ii) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Contas a receber de clientes e outros

Representam direitos oriundos da disponibilização do uso das linhas de transmissão, e conexão ao Sistema de Transmissão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor justo.

Recebíveis de concessão de serviço público

Refere-se ao direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente ou indiretamente, através da receita anual permitida (RAP) e da parcela de indenização do poder concedente ao final da concessão, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. O ativo financeiro é remunerado pela taxa interna de retorno do projeto que foi utilizada para desconto a valor presente do fluxo esperado de recursos incondicionais a serem recebidos ao longo da concessão e da parcela da indenização a ser recebida no retorno dos ativos ao poder concedente.

Os ativos financeiros estão classificados como contas a receber (Recebíveis de Concessão de Serviços Públicos) e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, utilizado para a apuração da taxa interna de retorno do projeto. Conforme previsto no CPC 38 – Reconhecimento e mensuração.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM, e na revisão tarifária, que ocorre a cada cinco anos. A próxima revisão tarifária esta prevista para 2015.

Investimentos

Representam quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

Taxas Regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio, não reclamados no prazo de três anos, são revertidos para a Companhia.

Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 - Com relação aos controles adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

O Grupo Neoenergia estabelece e mantém um ambiente de controles internos adequado. Tal prática é utilizada no âmbito de todas as empresas da Neoenergia, considerando a análise de materialidade das demonstrações financeiras e os princípios básicos de Governança Corporativa.

Para a consecução desse objetivo, a condução das rotinas operacionais de apoio e suporte aos gestores nas empresas é feito pela gerência de controles internos na holding. Tal estrutura permite que o planejamento anual dos trabalhos seja feito de forma adequada e integrada, ao mesmo tempo em que interagem com os auditores internos visando à manutenção das boas praticas.

A abordagem estratégica de controles internos é adotada em todas as empresas do grupo (Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização e na Holding Neoenergia) através de acompanhamento de trabalhos que contemplam o mapeamento de processos, com a elaboração de fluxogramas, matriz de riscos/controles e procedimento de walkthrough, no qual é avaliado o desenho dos controles identificados no mapeamento. Desta forma cada área esta empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria continua dos processos de negócios, e na implementação de ações de revisão dos controles internos para mitigar riscos.

A Companhia utiliza a ferramenta SAP-GRC na gestão dos acessos ao sistema SAP R/3. Ela é composta dos módulos Compliance Calibrator, que realiza a simulação prévia dos riscos; Access Enforcer, que efetua a associação de perfil ao usuário, através de fluxo de aprovação de executivos; e Firefigther, que monitora os acessos considerados de alta criticidade.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os auditores externos da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não identificaram a presença de deficiências ou fraquezas materiais em relação aos controles internos da Companhia, que pudessem comprometer a confiabilidade sobre as demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia entende que possui um sistema de controles internos adequados que permite a preparação de demonstrações financeiras exatas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que estejam livres de distorções relevantes, causadas por fraudes ou erros.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7. Comentários sobre oferta pública de distribuição de valores mobiliários:****a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.**

Não aplicável. Não houve nos últimos 3 exercícios sociais a emissão de valores mobiliários.

b. comentários sobre desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável. Não houve desvios relevantes

c. comentários sobre tais desvios

Não aplicável, pois não houve desvios.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Comentários sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

A Companhia não possui transações (ativas ou passivas) de natureza material, individualmente ou quando agregadas, que não tenham sido apropriadamente registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

Não aplicável. Pois não ocorreram arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável, pois não ocorreram recebíveis baixados

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável, não foram celebrados contratos de construção.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, pois não foram celebrados contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois não ocorreram outros itens que não foram evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Comentários sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:**

A Companhia não possui transações (ativas ou passivas) de natureza material, individualmente ou quando agregadas, que não tenham sido apropriadamente registradas nos livros contábeis que fundamentam as demonstrações contábeis.

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável aos itens acima. A companhia não possui itens não evidenciados nas demonstrações.